

Governo Regional e Presidente da SATA “faltaram à verdade” sobre poupança anual de 1,5 milhões do encerramento das lojas, afirma PS

Carlos Silva realçou, ontem, que o Governo Regional e o Presidente do Conselho de Administração da SATA/Azores Airlines “faltaram à verdade” na anunciada poupança de 1,5 milhões de euros resultante do encerramento das lojas da companhia aérea nos centros urbanos.

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS reagiu assim à resposta do Governo ao requerimento do PS, que veio “confirmar que a decisão foi precipitada, atabalhoada e mal fundamentada”.

“Foram proferidas declarações falsas porque, obviamente, não existe, nem nunca existiu uma poupança anual de 1,5 milhões de euros resultante do encerramento das lojas físicas em centros urbanos”, frisou, classificando ainda a decisão como “insensível”, por “não ter tido em conta os impactos sociais e económicos para as comunidades”.

Carlos Silva sublinhou que os dados apresentados pelo Governo Regional são

“parciais e pouco isentos”, resultando claro que “a única poupança possível resulta do fim do pagamento das rendas e dos encargos mensais, cujo valor total anual ronda os 115 mil euros, cerca de 8% dos tais 1,5 milhões de euros apregoados”.

“É falso que exista qualquer poupança com os 18 colaboradores, uma vez que estes permanecem - e bem - como funcionários do grupo SATA. É falso que a venda das lojas gere uma poupança anual média por loja de 200 mil euros, visto que a ocorrer a venda ela acontece apenas uma vez e não anualmente”, explicou o deputado do PS/Açores.

Carlos Silva destacou que é “reductor e pouco prudente” afirmar-se que poderá haver um incremento das receitas do Contact Center, quando “não se apresentam dados fidedignos que justifiquem esta afirmação”.

“Encerrar as lojas foi uma decisão precipitada e tomada ainda antes do

novo Conselho de Administração entrar em funções, sem envolver, sequer, o departamento comercial do Grupo SATA, responsável pelas lojas físicas”, apontou o socialista.

Carlos Silva considerou que foi uma “decisão atabalhoada”, porque “foi feita menção a um protocolo com a RIAC (Rede Integrada de Apoio ao Cidadão) que nem existia e não tinha qualquer suporte jurídico”, conforme se veio a comprovar pelas denúncias dos sindicatos e vários parceiros sociais.

“É evidente que o encerramento das lojas da SATA não gera qualquer poupança significativa, contrariamente ao que foi propagandeado. O Governo Regional e o novo Presidente da SATA faltaram à verdade aos Açorianos e teimam em tentar ludibriá-los com meias verdades e dados falsos, que merecem da parte do PS total contestação e repúdio”, finalizou o vice-presidente do GPPS, Carlos Silva.



CHEGA alerta para necessidade de mais transportes para dinamizar o turismo

O Alojamento Local foi a resposta mais célere quando começou o despoletar o turismo na Região, tendo-se assistido a um aumento exponencial desta tipologia de alojamento, aumentando a capacidade instalada, que também contribuiu para a recuperação do património devoluto. No entanto, os alojamentos locais deparam-se agora com algumas dificuldades que dependem, sobretudo, da falta de voos para as ilhas mais pequenas.

Foi para perceber essas dificuldades que os deputados do CHEGA, Francisco Lima e Hélia Cardoso, reuniram, na Ilha Terceira, com a Associação do Alojamento Local dos Açores (ALA) que se mostrou muito preocupada com o aumento da oferta de alojamentos locais na ilha Terceira, sem que tenha havido um consequente aumento do número de ligações aéreas para a ilha.

“O que nos foi transmitido por parte da ALA é que o número de voos é manifestamente insuficiente face à oferta existente na ilha Terceira, particularmente na época baixa”, referiu o deputado Francisco Lima. “Há empresários muito preocupados, porque realizaram avultados investimentos e, provavelmente, não vão ter ocupação na época baixa”, reforçou o parlamentar que indicou que “em causa, está toda uma cadeia de valor que engloba, não só o alojamento local, mas também outras actividades conexas, como a restauração”.

Os empresários também se queixam aos deputados do CHEGA dos constantes atrasos, e mesmo cancelamentos, por parte da SATA, o que condiciona de forma muito significativa esta acti-



vidade. De acordo com o CHEGA, “há falta de planeamento de gestão dos voos da SATA”, e o deputado Francisco Lima deu como exemplo a falta de reforço na última semana de Agosto para regresso dos estudantes Açorianos ao continente, provocando um enorme constrangimento à deslocação dos turistas e dos próprios estudantes.

De acordo com o deputado Francisco Lima, “não podemos continuar a ter uma gestão política da SATA, nem ter a SATA a viajar para destinos exóticos, só para satisfazer determinados lobbies instalados”. Para o CHEGA “é preciso, no futuro, haver um reforço do número voos para todas as ilhas, quer para o exterior, quer inter-ilhas, se queremos viabilizar esta actividade. De nada serve continuarmos a aumentar a oferta de camas se não temos forma de fazer os turistas cá chegar”.

O parlamentar entende que é importante que a ilha Terceira “ganhe massa crítica para ser um destino apetecível e rentável para as próprias companhias aéreas, mas é necessário avaliar se a gestão dos destinos é feita pela SATA de forma técnica e racional ou se é feita de forma política e desajustada da realidade”, concluiu.

Bloco de Esquerda questiona governo regional sobre atrasos no pagamento de apoios às associações de protecção dos animais

Em comunicado o Bloco de Esquerda questionou o governo regional acerca dos atrasos no pagamento de apoios previstos às associações animais, uma vez que a ausência destes coloca as mesmas em uma “situação de asfixia financeira crítica”.

“O Bloco de Esquerda quer explicações do governo sobre o atraso no pagamento dos apoios previstos às associações de protecção animal” relativamente ao pagamento “da verba relativa ao último trimestre de 2023”. De acordo com o partido, o alerta para este atraso partiu da Associação SER que ainda aguarda pagamento da verba relativa ao último trimestre de 2023 e que “pode mesmo levar ao fim da sua actividade”.

No requerimento enviado ao governo, o Bloco de Esquerda defendeu que “devem ser adoptadas medidas que evitem que estas associações tenham de suspender a sua actividade e até ponderar o seu encerramento” e lembrou ainda que “estas associações desenvolvem um trabalho muito importante, de forma voluntária, em prol do bem-estar animal”, lê-se.

“Aliás, ainda a semana passada, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação enalteceu o trabalho efectuado pelas associações de bem-estar animal e centro de recolha oficiais e referiu que com os “apoios atribuídos às associações de protecção animal, bem como aos centros de recolha oficial e às juntas de freguesia das ilhas onde não existam Centros de Recolha Oficial, foi possível fazer diminuir o número de

animais eutanasiados, que registava um total de 1.865 em 2017 e que em 2023 foi apenas de 105”, frisou.

Deste modo para o partido é “incompreensível que o secretário regional reconheça o importante trabalho das associações, mas, ao mesmo tempo, não assegure o pagamento atempado dos apoios que permitem que este trabalho continue a ser desenvolvido”.

“De acordo com o regime das comparticipações financeiras a atribuir às Associações de Protecção Animal que está em vigor, o pagamento dos apoios é trimestral, com base na apresentação de comprovativos de despesas” explicou.

Porém, segundo esta Associação o montante referente ao último trimestre de 2022 foi pago em Março de 2023, situação que não se concretizou relativamente ao último trimestre de 2023, pois ainda não foi realizado o pagamento nem estabelecida data para o mesmo. Assim sendo, o Bloco “quer saber por que motivo não foi ainda pago a contribuição referente ao último trimestre de 2023 às Associações de Protecção Animal, qual a data prevista para a regularização do pagamento e que medidas pretende o governo regional adoptar para que não ocorram mais atrasos”.

Por fim, o partido lembrou que esta não é a primeira vez que questiona o executivo sobre os atrasos no pagamento das contribuições às Associações de Protecção Animal, visto que o mesmo já tinha alertado em Junho de 2022 “o Governo para a urgência no pagamento das contribuições às Associações de Protecção Animal”, finalizou.